

AOS TRABALHADORES DO MUNICÍPIO DE SINTRA



Face aos mais recentes desenvolvimentos relativos à reorganização do Sector Empresarial Local, o PCP considera importante esclarecer a sua posição relativamente à defesa dos serviços públicos e dos direitos de todos os trabalhadores que os asseguram:

1 É conhecida a posição do PCP contrária à criação de empresas municipais que, na sua maioria, serviram para esvaziar os municípios de importantes atribuições, no âmbito dos Serviços Públicos prestados às populações.

Não obstante esta posição de princípio, o PCP opôs-se firmemente à Lei 50/2012 aprovada pela maioria PSD/CDS-PP (com a abstenção do PS) que obriga à extinção dessas empresas, com a qual o Governo pretende despedir e promover a entrega de serviços públicos estratégicos à gestão privada.

2 Nesse sentido, e em coerência com o princípio de que o serviço prestado pelas empresas municipais nunca deveria ter saído da estrutura interna das Câmaras, o PCP propôs, em Junho de 2013, na Assembleia da República, um Projecto de Lei que **“garante a internalização dos trabalhadores que se encontrem a desempenhar funções ao serviço de serviços municipalizados a extinguir ou de empresas municipais a dissolver”**.

Este Projecto de Lei foi reprovado em 6 de Dezembro de 2013, pelos votos contra do PSD e do CDS-PP, que assim deram mais uma machadada na autonomia do Poder Local Democrático.

3 A internalização dos serviços na Câmara Municipal de Sintra é, por isso, uma solução à qual o PCP não se oporia por princípio, sendo um passo importante na garantia da prestação dos serviços públicos.

No entanto, essa internalização só pode ser realizada se se garantirem **direitos conquistados pelos trabalhadores do município, nomeadamente o direito ao posto de trabalho, ao vínculo e à remuneração**.

4 A proposta de reestruturação do sector empresarial de Sintra levada à reunião de Câmara sofreu uma alteração final que coloca grandes responsabilidades a todo o Executivo. Foi incluída a defesa total, até às últimas consequências, incluindo a via judicial, de defesa dos

direitos dos trabalhadores, incluindo remunerações, vínculos e carreiras.

Esta proposta foi aprovada com os votos favoráveis do PS, PSD, Movimento Sintrenses com Marco Almeida. O vereador eleito do PCP absteve-se na votação porque consideramos que um processo com esta importância não pode ser decidido de forma atabalhoada, sem auscultar os trabalhadores e envolver no processo as suas organizações representativas, sob pena de serem postos em causa serviços públicos de importância estratégica para as populações.

5 Este é apenas o início de um processo que terá necessariamente que contar com a intensa luta dos trabalhadores do município de Sintra para que se efectivem de facto os compromissos assumidos: a manutenção dos serviços públicos através da internalização de todos os trabalhadores, sem perdas salariais e sem degradação do vínculo. Esta luta, que no passado recente derrotou propostas apresentadas por executivos camarários com maioria absoluta será o factor determinante para garantir postos de trabalho e direitos.

ASSIM, O PCP APELA A TODOS OS TRABALHADORES PARA:

A necessidade da continuação da luta contra a Lei 50/2012 e todas as leis que atacam, estrangulam e limitam a autonomia do Poder Local Democrático, nomeadamente no que concerne aos instrumentos ao seu dispor para assegurar os Serviços Públicos às populações.

A necessidade de derrotar este Governo e esta maioria, e impor uma solução, como a apresentada no ano passado pelo PCP na AR, que internalize os serviços mantendo todos os postos de trabalho e direitos.

A necessidade de continuação da luta organizada e firme de todos os trabalhadores do município de Sintra, de que já deram provas no passado recente, em defesa dos seus postos de trabalho, e de TODOS os direitos que essa mesma luta conquistou.

O PCP reafirma que nessa luta - pela defesa dos serviços públicos e os direitos dos trabalhadores, pela derrota do governo e da política de direita, pela construção de uma política alternativa, Patriótica e de Esquerda, - os trabalhadores do município de Sintra sempre puderam e continuarão a poder **CONTAR COM O PCP**.

FEVEREIRO DE 2013



A COMISSÃO CONCELHIA DE SINTRA DO PCP